

Serra faz crítica ao Senado

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, José Serra, criticou duramente o reajuste salarial concedido em dezembro aos funcionários de nível médio do Senado, durante o encontro ontem do presidente Fernando Henrique Cardoso com os senadores líderes dos partidos aliados. "Não temos condições de pagar. O aumento é inconstitucional, não está na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nem no orçamento", disse o ministro para surpresa dos líderes governistas que almoçavam no Palácio do Alvorada com o presidente. No encontro, Fernando Henrique fez um apelo para que os senadores aprovem o Sivam.

Perplexos e constrangidos com a cobrança inesperada de Serra, os líderes eximiram-se de qualquer responsabilidade pelo aumento dos funcionários e aconselharam o ministro a procurar o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). "Você tem que falar é com o Sarney", disse um deles, apoiado por outros.

O ministro, prosseguindo com a crítica ao aumento (concedido pelo Senado no último dia de trabalho da casa em 95), reclamou

que, agora, o Supremo Tribunal Federal também está pleiteando um aumento para seus funcionários. Disse que isto acarretaria uma despesa extra entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão. "Os funcionários inativos do Senado recebem em média salários de R\$ 6 mil enquanto os da ativa recebem R\$ 5 mil. A folha de pagamento dos senadores é de R\$ 600 mil, mas a dos funcionários é de R\$ 30 milhões", disse, criticando a liberalidade com que o Senado trata a questão salarial.

Fernando Henrique no almoço fez uma avaliação positiva do primeiro ano de seu governo e pediu aos líderes que aprovem o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) durante a convocação extraordinária. "É uma decisão de governo votar o Sivam", afirmou, deixando claro que, a seu ver, o assunto ficou esclarecido com as respostas do Ministério da Aeronáutica às irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os líderes informaram que pretendem aprovar o projeto na sessão de 8 de fevereiro e que isto seria feito sem uma nova manifestação do TCU.

JORNAL DO BRASIL 12 JAN 1996